

PALCO DE ENCONTROS: O I CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE (1951)¹

ESCENARIO DE ENCUENTROS: EL I CONGRESO BRASILEÑO DE FOLCLORE (1951)

Ewerton Wirley Silva BARROS*

Resumo: No decorrer do século XX, o chamado Movimento Folclórico Brasileiro desenvolveu uma série de atividades no país na busca de institucionalização acadêmico-científica do saber folclórico. Para atingir tais objetivos, formaram redes de sociabilidades e instituições. No ano de 1951, a Comissão Nacional de Folclore realizou um encontro nacional, que foi configurado nos moldes de congresso, convidando folcloristas para debaterem a trincheira em que se encontravam. Um dos resultados do evento foi a divulgação da Carta do Folclore Brasileiro, posta como guia das próximas atividades. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo central investigar a realização do I Congresso Brasileiro de Folclore, bem como os seus bastidores, problematizando as relações de saber e poder instituídas na organização, no desenvolvimento das atividades, analisando ainda a referida Carta.

Palavras-chave: Movimento Folclórico Brasileiro; Carta do Folclore Brasileiro; Cultura Brasileira; Teoria da História.

Resumen: Durante el siglo XX, el llamado Movimiento Folclórico Brasileño desarrolló una serie de actividades en el país en la búsqueda de institucionalización académico-científica del saber del folclore. Para alcanzar estos objetivos, formaron redes de sociabilidad e instituciones. En el año 1951, la Comisión Nacional de Folclore realizó una reunión nacional, organizada a la manera de un congreso, invitando a los folcloristas a debatir sobre la trincheira en la que se encontraban. Uno de los resultados del evento fue la difusión de la Carta del Folclore brasileño, publicada como guía para las próximas actividades. En este sentido, este artículo tiene el objetivo central de investigar la realización del I Congreso Brasileño de Folclore, así como sus camerinos, problematizando las relaciones de saber y poder establecidas en la organización, en el desarrollo de actividades, analizando también dicha Carta.

Palabras clave: Movimiento Folclórico Brasileño; Carta del Folclore Brasileño; Cultura Brasileña; Teoría de Historia.

[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

– Michel Foucault

O palco é um local de falas e atuações. No teatro, ele se torna um ambiente onde atores encenam e transitam entre papéis de protagonistas e coadjuvantes. Quando as cortinas se abrem, alguém inicia a apresentação e os demais vão aparecendo no desenrolar da história. Alguns, dependendo de seu papel, protagonizam, enquanto

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH/ UFPE). Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: ewertonwirley@gmail.com.

outros são coadjuvantes. No mais, para que a história ocorra, cada personagem tem a sua relevância, mesmo que alguns atuem de forma sucinta, pois todos conjecturam o espetáculo. Fora do palco, encontra-se o financiador, que comumente atua no papel de diretor ou atribui alguém a este cargo – que dirige, recorta e escolhe o que convém.

Os atores ao despirem-se de seus personagens debruçam-se em suas singularidades pessoais, isto é, em seus projetos de vida que são tecidos cotidianamente. É certo que em determinados momentos os seus passos se cruzam e alianças se formam tornando o espetáculo ainda maior. Ainda há aqueles que, por sua longa trajetória, encenam em outros espetáculos e transitam em outros grupos teatrais, aumentando a sua visibilidade. Esse breve cenário teatral representa uma analogia ao encontro dos folcloristas do chamado Movimento Folclórico Brasileiro (MFB) no I Congresso Brasileiro de Folclore.

O MFB foi um movimento de estudos folclóricos que atravessou a inteligência brasileira na virada do século XIX ao XX permeado de pesquisas, publicações, redes e instituições. Um desses atores foi o Luís da Câmara Cascudo (1898-1986)² que teve uma projeção nacional e internacional de seu trabalho, bem como de sua Sociedade Brasileira de Folclore (SBF) – instituição intelectual fundada em sua residência, na cidade de Natal, em março de 1941, que congregou pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Nas palavras do antropólogo Luís Rodolfo Vilhena (1997, p. 77), Cascudo “foi um dos mais importantes de sua geração, sendo certamente o responsável pela obra mais extensa existente nesse campo”.

De forma simultânea, no Rio de Janeiro, tínhamos o Renato Almeida (1895-1981)³ que também liderava uma instituição intelectual, a Comissão Nacional de Folclore (CNF). Diferentemente de Cascudo que criou uma instituição própria e estabeleceu leis, regras e diretrizes, Almeida devido a sua função de escriturário no Ministério das Relações Exteriores (MRE) no Governo Federal, teve uma rede oficial de apoio que lhe favoreceu o desenrolar de suas atividades. Aconteceu-lhe que pós-1945, pós Segunda Guerra Mundial, a UNESCO solicitou aos países que criassem órgãos que embasassem suas culturas em uma “democracia racial”. No Brasil, esse órgão foi criado em 1946 e nomeado de Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), que logo foi vinculado ao MRE. Neste, foi sendo debatidos os mais diversos temas do conhecimento e suas possíveis comissões. Um dos exemplos foi o caso do folclore, proposto pelo Almeida, que em novembro de 1947 veio a ser fundada, em parceria com Luiz Heitor Correa de Azevedo (1905-1992), a então Comissão Nacional de Folclore,

que logo criou subcomissões para cada Estado do território brasileiro (BARROS, 2018, p. 64).

O MFB, de forma geral, almejava a institucionalização acadêmico-científica do saber folclórico nas universidades. Na tessitura desse saber, buscaram subvenções financeiras nas esferas municipais, estaduais e federais, no que conseguiram, e puderam ampliar suas pesquisas. Por outro lado, não conseguiam obter um espaço acadêmico que lhes fosse favorável, por mais que nesse cenário as Ciências Humanas ainda estivessem em estruturação nas universidades (VILHENA, 1997). O diálogo tênue que conseguiram desenvolver foi com as Ciências Sociais, tendo em vista a abertura que esta proporcionava para a Sociologia e a Antropologia (ORTIZ, s/d, p. 8) – o que viram como uma possibilidade de enquadrarem-se nessa possível tríade. Estavam em uma trincheira.

A diversidade, bem como a pluralidade de ideias faziam-se presente dentro do MFB. Ao tempo que necessitavam de fontes para o desenvolvimento de suas pesquisas, tentavam construir um aparato teórico-metodológico para o folclore – eixo principal que foi requisitado pela academia. Afinal, para instituir-se cientificamente no paradigma científico dito positivista da época, necessitava ter teoria, método e fontes. Cascudo já havia divulgado uma proposta em nome da Sociedade Brasileira de Folclore em seus Estatutos, respectivamente publicados, em 1942 e 1949 (BARROS, 2018). Todavia, não foram acatados por Almeida e a Comissão Nacional de Folclore.

Na tentativa de acompanhar de perto os trabalhos, pesquisas e dificuldades de cada subcomissão e seus integrantes, Almeida criou “Semanas de Folclore” – eventos que tiveram o objetivo central de discutirem tais questões. Então, até o final da década de 1940, aconteceram, respectivamente, três edições: na sede do Ministério da Educação (MEC) no Rio de Janeiro; na cidade de São Paulo; na capital gaúcha, Porto Alegre. Esses eventos foram de caráter estadual, ou seja, organizados e dirigidos por membros filiados de cada Estado apontado. Mesmo concernindo-se nessa conjuntura estadual, não foi um fator determinante para que sócios e não sócios, residentes em outros Estados, não pudessem participar... Que foi o caso de Cascudo: não filiado, não chegou a participar de nenhum evento.

Para além das Semanas, Almeida também manteve o contato próximo com as subcomissões através de reuniões internas. Em uma dessas reuniões, no ano de 1950, recebeu uma proposta de evento por José Calazans⁴, secretário da Subcomissão Baiana de Folclore: o ano vindouro, 1951, conferia uma simbologia dos estudos folclóricos: o centenário de aniversário de Sílvia Romero, Pereira da Costa, Manuel Quirino e Vale

Cabral – folcloristas pioneiros na fabricação dos estudos folclóricos no Brasil –, daí a proposta de ampliar as Semanas de Folclore para uma projeção maior, isto é, um evento de caráter nacional. Almeida, prontamente acatou a ideia e levou a proposta à pauta da reunião do IBECC, no que teve o parecer favorável.

A proposta saiu estritamente de um diálogo inicial e começou a ganhar forma, recebendo o nome de Congresso Brasileiro de Folclore (CBF). Contudo, para que o congresso prosseguisse além de uma ideia, era necessário que outras pessoas contribuíssem na estruturação do referido projeto. Assim, sob a indicação da Comissão Nacional de Folclore, o IBECC criou uma comissão organizadora, elegendo as pessoas e os cargos a seguir:

Renato Almeida para presidente [grifo meu]; Basílio de Magalhães, Gilberto Freyre, Gustavo Barroso, Joaquim Ribeiro, Lindolfo Gomes e Luís da Câmara Cascudo para a vice-presidência [grifo meu]; Cecília Meireles para a secretaria geral; Nóbrega da Cunha para secretário adjunto; Manoel Diégues Júnior para a tesouraria; e, por fim, a cargo de membros, Alceu Maynard Araújo, Fausto Teixeira, Fernando Corrêa de Azevedo, José Calazans, José Maria de Melo, Mariza Lira, Pedro Gouveia Filho, Veríssimo de Melo, Waldemar de Oliveira e Walter Spalding. Desta Comissão, o Presidente, os Secretários e o Tesoureiro constituirão o Comitê Executivo incumbido das providências de ordem administrativa para a realização do Congresso (JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 30 de julho de 1950).

Com os cargos eleitos por Almeida, presidente da CNF, a comissão do I Congresso Brasileiro de Folclore tinha nomes e funções. Calazans, que formulou a ideia do evento, ficou com o cargo de membro. Os demais, que assumiram os papéis tidos de maior relevância, sob uma ótica hierárquica, foram os intelectuais que tinham e exerciam protagonismo no seio da CNF, a saber, Basílio de Magalhães, Joaquim Ribeiro e Cecília Meireles. Cascudo, que não chegou a participar nas Semanas de Folclore, na ocasião passou a interagir com a comissão organizadora do I CBF, na posição de vice-presidente.

Dito isso, o I CBF, assim como os demais, foram eventos que reuniram folcloristas do país, os quais teceram seus enredos e nestes se (des)encontraram ao tempo que atuavam e transitavam entre funções de protagonistas e coadjuvantes. De acordo com Vilhena (1997, p. 184), “os congressos também foram o local em que o movimento folclórico procurou estabelecer definições mais específicas que fornecessem os parâmetros que orientariam um programa de investigações nos moldes científicos desejados por seus participantes”. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo central investigar a realização do I Congresso Brasileiro de Folclore, bem como os seus

bastidores, problematizando as relações de saber e poder instituídas na organização, no desenvolvimento das atividades, analisando ainda a referida Carta.

Abrem-se as cortinas: “Está de parabéns o Povo do Brasil”

Em agosto de 1951, no Rio de Janeiro, foi realizado o I Congresso Brasileiro de Folclore em homenagem ao centenário de nascimento dos folcloristas mencionados anteriormente. Reunir os folcloristas do Movimento Folclórico Brasileiro na capital federal carioca representava averiguar o que o outro produzia, para que assim o saber folclórico obtivesse uma fundamentação teórica estruturada, que abrangesse de forma transversal as perspectivas individuais e coletivas, até então, formuladas. Outro aspecto da reunião consistia em expor as dificuldades que o MFB enfrentava, dificuldades decorrentes das moradias distantes de seus integrantes.

Apesar do I CBF ser organizado pela Comissão Nacional de Folclore, o referido encontro estendeu-se a todo o MFB. Personagens como Basílio de Magalhães, Gustavo Barroso, Joaquim Ribeiro, José Calazans, Manuel Diégues Júnior e Veríssimo de Melo – membros da CNF – também faziam parte do corpo de membros da Sociedade Brasileira de Folclore (ESTATUTOS, 1949). Isto demonstra a circularidade desses folcloristas nas duas redes intelectuais movidas por afinidades temáticas e pessoais, assim como pelo desejo individual de construir-se intelectualmente. Todavia, nesse contexto, esses personagens correspondiam aos interesses da CNF, tendo em vista que o espaço de liderança foi dirigido por Almeida.

No primeiro semestre de 1951 o Congresso estruturava-se. Almeida no Rio de Janeiro mergulhava na organização das atividades da CNF e do I CBF, enquanto Cascudo na cidade de Natal comandava as atividades da SBF. Na sexta-feira da Paixão, uma carta de Almeida chegava aos correios de Cascudo. Ao abrir a correspondência, foram-lhe reveladas algumas notícias, detalhes e anseios enfrentados na organização do evento. As palavras datilografadas iniciaram com o informe da compra de uma das passagens aéreas para a participação do destinatário no Congresso, sob o patrocínio de “Teffê”, além da reserva do lugar onde o mesmo poderia ficar na ocasião. Em continuidade, o anseio expresso para que o saber folclórico fosse incluído no currículo acadêmico:

Desejo que se dê uma estrutura séria aos estudos folclóricos no Brasil, que não podem ser gratuitos, porque necessitam de gente que trabalhe full time embrenhando-se pelo interior, trabalhando em equipe, coletando, classificando, organizando etc. Depois é preciso que o

folclore se incluía no currículo universitário e normal (ALMEIDA, Renato. [Carta, 1951], Rio de Janeiro [para] CASCUDO, Luís da Câmara. Natal. ICC).

A escassez de verbas também foi denunciada na carta. De acordo com Almeida, esse fator limitou o convite para intelectuais estrangeiros participarem do I CBF, com exceção de um pesquisador português e um representante da UNESCO. Convidar estrangeiros, nesse cenário, retratava a busca do MFB em contornar a fragilidade epistemológica que o saber folclórico enfrentava no país, tendo como referências teóricas as possíveis reflexões desses convidados. Em alusão ao povo, o autor demonstrou-se preocupado com a busca pela proteção do artesanato e outras esferas da arte. Além disso, o seu anseio pessoal em atribuir um “sentido útil” ao movimento intelectual que ele sistematizou através da CNF e o seu desejo de recolhimento assim que visualizasse o andamento dessa instituição, também foram expressos na carta.

Apesar do mencionado declínio de verbas, o presidente Getúlio Vargas continuava receptivo no diálogo inaugurado entre o Estado Novo e a CNF. Essa abertura foi exposta por Cecília Meireles em entrevista concedida ao jornal *Correio Paulistano*, em que afirmou: “o Congresso tem a sorte de reunir-se no mesmo ano que se iniciou um governo declaradamente interessado no bem estar do povo”. Ainda na entrevista, Meireles comentou sobre as demonstrações artísticas que ocorreriam no evento. Segundo ela, o Bumba-meu-boi se apresentaria com outros grupos de músicas e danças, ao tempo que as produções manuais de artes plásticas e cerâmicas fariam parte de exposições⁵.

Dois meses antes do evento acontecer, por volta de junho de 1951, ocorreu a primeira reunião da Comissão Executiva do Congresso de Folclore com o presidente Vargas. Não encontramos, até o momento, fontes que discorressem ou sinalizassem explicitamente o que foi discutido na reunião, apenas as pessoas presentes – o que, em nossa reflexão, representa o prestígio a elas conferido. Foram elas: Renato Almeida, Cecília Meireles, Cleofe Matos, Mariza Lima, Ademar Vidal⁶, Antonio Osmar Gomes, Edison Carneiro, Nogueira França, Francisco Manuel Brandão, Gustavo Barroso, Herbert Serpa, Joaquim Ribeiro, Manuel Diégues Júnior e Silvio Júlio – membros da CNF. Heloísa Torres, Dulce Lamas e Henriqueta Rosa Fernandes Braga, também integrantes da CNF, não puderam comparecer, mas comunicaram previamente⁷.

Analisando a informação conferida pelo periódico *Jornal do Comércio* (RJ - 1951), percebemos o enfoque atribuído a Almeida em toda a coluna – não somente neste órgão de imprensa, assim como na *Última Hora* (RJ), no *Diário de Notícias* (RJ),

no Correio Paulistano (SP) e n'A Gazeta (RJ), que também foram outros periódicos que veicularam notícias sobre os trabalhos de Almeida e da CNF no I CBF (CARNEIRO, 2008, p. 118).

Retomando, o enfoque é perceptível no início do artigo ao afirmar que Almeida iniciou a reunião através do comunicado: “O Sr. Presidente da República que revelou o maior interesse pelo folclore nacional e prometeu não só apoiar o certame, como ainda as atividades que dele resultaram, em favor da cultura popular brasileira e da proteção ao artesanato e aos artistas brasileiros”. E, no final, o artigo mencionou a divulgação do empenho e representatividade das subcomissões dos estados Pará, Paraíba, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul no congresso, à espera da confirmação dos demais e seus envios de materiais para comporem a Exposição de Arte Popular – atividade já realizada pelos outros estados.

A não menção a Cascudo, em relação aos organizadores do evento que participaram na reunião ocorrida com o presidente Vargas, sugere-nos a sua falta, ou melhor, seu não comparecimento – acontecimento um tanto curioso devido à elevada posição que ocupava na ocasião: a de organizador vice-presidente. A não citação da Comissão Rio-Grandense do Norte de Folclore também acena, de certo modo, para a falta de realização de atividades da referida comissão no momento⁸.

Finalmente, era chegada a hora do encontro nacional de folcloristas – considerado, por Carneiro (2008, p. 110), o maior acontecimento intelectual do ano, reunindo mais de cem folcloristas, da capital e dos estados, presentes e participantes dos debates. Desta forma, no dia 22 de agosto de 1951, às 10h no Palácio do Itamaraty, Almeida abriu os trabalhos do I Congresso Brasileiro de Folclore, convidando membros da Organização a comporem a Mesa, a saber: Câmara Cascudo, relator geral; Cecília Meireles, secretária geral; Elpídio Braz, primeiro secretário; desembargador Eurípedes Queiroz do Vale, segundo secretário; Nunes Pereira, terceiro secretário; Arnaldo Tavares, quarto secretário. Já no período vespertino, por volta das 16h, no mesmo local, foi o ministro João Neves de Fontoura que deu prosseguimento aos trabalhos do evento. Destarte, outras pessoas que compuseram a Mesa foram: Rômulo de Almeida, representando o presidente da República; Levi Carneiro, presidente do IBICC; Renato Almeida, presidente do Congresso; Sérgio Milliet, representante da UNESCO; Antônio Jorge Dias, representando Portugal; Deputado Osvaldo Cabral, delegado do estado de Santa Catarina⁹.

A escolha de Jorge Dias¹⁰, até então não revelada, era significativa para o Movimento Folclórico Brasileiro. Enquanto pesquisador de etnografia e pioneiro na

criação do campo antropológico em Portugal, qual seria a intenção da CNF em convidar Dias para o evento de 1951? Antes de respondermos esta indagação, verifiquemos o contexto em que o saber folclórico encontrava-se em Portugal. Segundo João Leal (2016, p. 296-300), apesar de haver relações luso-brasileiras no diálogo intelectual desde cedo, cada país teve suas especificidades no escopo dos estudos das culturas populares. Em Portugal, segundo o autor, o termo *folclore* nunca foi dominante, chegando a ser até mesmo evitado e abandonado nos anos 1940¹¹. Por outro lado, a não apropriação do termo não foi fator decisivo para o desenvolvimento de uma forte tradição de estudos sobre a cultura popular de base rural em Portugal (LEAL, 2016, p. 296). Na ocasião, essa tradição de estudos da cultura popular acabou espalhando-se para outros saberes como, por exemplo, a etnografia, a etnologia e a antropologia, o que culminou na institucionalização desta em Portugal (LEAL, 2016, p. 300).

Leal (2016, p. 296) ainda explicou que, “como no Brasil, em Portugal a institucionalização de um interesse intelectual pelo estudo das culturas populares fez-se – substancialmente – sob o signo do folclore” –, o que justifica uma das pretensões da CNF em convidar Dias para o I CBF: a busca pela compreensão de como a antropologia obteve seu estatuto científico. Ora, se o folclore foi contribuinte para a legitimação da antropologia na academia portuguesa, poderia haver a possibilidade do saber folclórico por si obter sua institucionalização nas universidades brasileiras. Assim, os folcloristas viam-no como um referencial teórico na institucionalização desse saber no país. O contato entre esses personagens foi realçado através da passagem do português no Brasil, quando foi convidado a ministrar cursos sobre a etnografia portuguesa e participar de congressos no decorrer dos anos 1950 (SILVA, 2016).

Para o periódico Diário de Notícias (RJ - 1951), Dias aparentou ser uma pessoa sóbria e discreta, afastando de si a retórica e o exibicionismo. O português ainda comentou sobre o seu trabalho *Os arados portugueses e as suas prováveis origens* (1948), no qual procurou revisitar problemas da “pré-história portuguesa”, estimulando o interesse em relação aos estudos da etnografia brasileira. Aproveitando a estadia no Brasil, Dias se propôs a estudar a etnografia luso-brasileira, e ainda recomendou aos presentes a criação de um congresso desta temática que viesse a ocorrer a cada cinco anos¹².

No desenrolar do evento, os folcloristas tiveram espaço para apresentar suas monografias e outros resultados de pesquisas. O espaço conferido foi nomeado de temário, que objetivou reunir e discutir as diversas monografias concernentes ao saber folclórico e seus diálogos com a literatura, educação, arte, economia etc. O Congresso

recebeu por volta de 175 teses e comunicações, que foram redistribuídas por doze Grupos de Trabalho, sendo destas dez permanentes (CARNEIRO, 2008, p. 110). De acordo com Rossini Tavares de Lima¹³, a Subcomissão Paulistana de Folclore que dirigia, contribuiu com cerca de vinte e cinco teses e resumos, além de peças para a exposição de arte popular no Museu Nacional¹⁴. Dessa maneira, foram estabelecidos os seguintes critérios para os temários:

O seu temário, como uma parte de técnica geral: nomenclatura pesquisa e registo, classificação divulgação e intercâmbio; uma especializada, poesia popular, novelística popular, credices e superstições, adagiário e adivinhas, artes populares, música e danças populares, demonstrações folclóricas; e uma terceira de folclore aplicada: folclore e educação, folclore e arte, folclore e literatura, folclore e economia, oferece um largo campo para os estudos e as sugestões mais proveitosas (CORREIO DO CEARÁ. Ceará, 21 de outubro de 1950).

Nesse cenário de apresentações de monografias folclóricas, Cascudo desenvolvia uma pesquisa em torno da literatura oral e apresentou um trabalho intitulado “O Poldrinho Sertanejo e os Filhos do Vizir do Egito”¹⁵ – o qual analiso com a finalidade de compreender a sua postura em relação ao saber folclórico¹⁶.

Cascudo em cena: O Poldrinho Sertanejo e os Filhos do Vizir do Egito

A pesquisa de Cascudo foi uma análise comparativa de contos europeus e suas reminiscências na produção de contos no Brasil, com o objetivo de verificar as variantes e permanências nos enredos, a saber: a fábula francesa *Menina da bilha de leite* (1678) de autoria de Jean La Fontaine (1621-1695) e os comentários tecidos pelo alemão Max Muller (1849-1874); o *Auto de Mofina Mendes* (1534) escrita pelo dramaturgo português Gil Vicente (1465-1536); o *Engenho do Ovo* (s/d) produzido pelo poeta e folclorista baiano Wilson Woodrow Rodrigues; *O Cancioneiro do Norte* (1903) do poeta paraibano Rodrigues de Carvalho.

Cascudo (1952) iniciou seu texto mencionando a fábula de La Fontaine, descrevendo brevemente uma menina que ao andar com uma bilha (vaso) de leite – mais cheia de sonhos que de leite – comete um descuido e seu pote é caído no chão, esvaindo o leite e os sonhos até então guardados. Em seguida, segue-se a história de Gil Vicente com o enfoque na personagem Mofina Mendes. Esta carregava consigo um pote de azeite, cujo valor resguardava as bonanças que poderia receber se vendesse o objeto em alguma feira – especialmente a feira de Trancoso, onde morava proximamente – e, portanto, concretizar um dos seus maiores sonhos: a comemoração de seu noivado. Ao

caminhar cantarolando, Mofina “enleva-se, tropeça, cai e parte-se a bilha de azeite e nesse morrem as cenas do noivado” (CASCUDO, 1952, p. 229).

Ao expor essas duas tramas, Cascudo (1952) realizou uma análise verticalizada da dinastia da personagem Mofina Mendes e percebe que “o fio do motivo é o mesmo”: a quebra de um objeto cujo valor é simbólico. Como exemplo, é apontado brevemente o brâmane Svabhâvakripâna do Pancatantra, “que partiu seu prato de arroz na suposição de punir o filho que nasceria do casamento conquistado com a fortuna iniciada pelo arroz que se perdeu”. Não obstante, é salientado também o brâmane Devaxarman do Hitopadexa que “espatifa a escudela de farinha pela visão demasiado viva de sua felicidade” (CASCUDO, 1952, p. 229-230).

O trabalho prosseguiu com a apresentação de mais uma história: o *Engenho do Ovo* (s/d), de Wilson Rodrigues. O enredo girou em torno de um menino que recebe um ovo de galinha, como presente, de sua madrinha, seguido das palavras: “meu afilhado, nada tenho para te dar senão este ovo de minha galinha” (CASCUDO, 1952, p. 231). O menino leva o presente à mãe, que põe junto com outros ovos sob as asas da galinha que a tinha em seu lar. Com o passar do tempo, o ovo transformou-se em galinha, que veio a reproduzir progressivamente. Quando adulto, vendeu todas as galinhas que possuía em troca de um porco. Em seguida, matou-o e com o dinheiro arrecadado comprou uma bezerra, que se transformando em vaca, produziu tanto ao ponto de o dono possuir uma grande fazenda de gado. Por fim, vendeu o seu gado e comprou um engenho de açúcar – o que justifica o título da história: a comunhão dos termos engenho e ovo.

Por fim, Cascudo apresentou uma última história, da autoria do poeta paraibano Rodrigues de Carvalho (1867-1935), presente no livro *O Cancioneiro do Norte* (1903). O fragmento inicia-se com um roceiro que, ao sair do árduo trabalho com sua esposa e filho, afirma: “Este ano, si Deus quizer, faço umas cinco sacas de lã, tenho muito milho, tenho muito feijão, Deus louvado! E vou **comprá un animá**” (CASCUDO, 1952, p. 232, grifos do autor). A esposa questiona se o referido animal seria um cavalo, no que o marido responde: “– Não, quero uma **bisquara** [*sic*]. Quero ver se compro a Poldra do compadre Xico Tétéo. **Perfiro** besta porque com certeza para o ano ela pare um burrinho, e sendo esquipador, a Deus querer, posso vender por duzentos **bagos**” (CASCUDO, 1952, p. 232, grifos do autor).

Ao analisar esse texto, coloquei os enredos – ou melhor, seus fragmentos – lado a lado e realizei um exame transversal. Pude perceber que o que há em comum nos enredos são os sonhos dos personagens depositados em objetos ou animais, na busca da realização de seus projetos de vidas – seja um noivado ou na melhoria de renda familiar

–, mas que foram interrompidos de forma trágica – pelo menos nos contos europeus, diferentemente dos brasileiros. A minha percepção é fundamentada sob a perspectiva adotada por Cascudo escrita nas últimas páginas, ao abordar a *difusão folclórica*¹⁷ nos contos europeus para com os brasileiros:

Os dois tipos são perfeitamente distintos. Nas variantes brasileiras como no caso português dos caçotes faltam vários dos elementos característicos; a bilha levando o material justificador do sonho financeiro, o fato de quebrar-se pela ação pessoal do personagem e o enredo prender-se à uma figura isolada, uma única, sem participação alheia. O motivo da bilha de leite de La Fontaine, por sua vulgarização quase denominando o ciclo, de forma alguma expressará o plano das versões brasileiras e a portuguesa de Trancoso, no séc. XVI. E vemos que nessa época já estavam separados os dois temas no mesmo país (CASCUDO, 1952, p. 234-235).

Portanto, ao apresentar esse trabalho no I CBF, ficou nítida a postura teórica adotada por Cascudo em sua pesquisa folclórica e na SBF – instituição que presidia: a teoria difusionista da cultura, em contrapartida às perspectivas nacionalistas adotadas pela CNF e integrantes do MFB, que “defendiam” o saber folclórico brasileiro como resultante das “raças” indígena, branca e negra.

Protagonismo(s) em questão: a Carta do Folclore Brasileiro

No desdobramento do I CBF, ocorreu a escrita de um documento que objetivou abordar “os princípios fundamentais, as normas de trabalho e as diretrizes que devem orientar as atividades do Folclore Brasileiro” (ALMEIDA, 1951, p. 1) – documento que foi nomeado de Carta do Folclore Brasileiro. Nela, os intelectuais responsáveis na sua escrita, estabeleceriam um norte no âmbito teórico-metodológico do saber folclórico, um possível percurso de obterem um espaço dentro da academia brasileira e a solicitação de auxílio financeiro aos órgãos estadual e federal. Sendo a instituição que mais reunia membros do país e recebia incentivo do Governo Federal, a CNF valia-se de seu poder para ser um referencial nas reflexões que as pesquisas folclóricas poderiam desenvolver a partir de então.

A discussão do conceito de *folclore*, que veio a ser considerado *fato folclórico*¹⁸ pelo MFB, apresentou-se no preâmbulo da carta. A fabricação de um conceito é resultante de enunciados¹⁹ já formulados e que, posteriormente, passam a ser utilizados enquanto *verdade* – isto é, de assertiva exata –, ou que passam a ser criticados, discutidos e julgados, podendo ser até mesmo rejeitados ou excluídos (FOUCAULT, 2008, p. 63). Nesse sentido, os enunciados proferidos e refletidos pelos atores do

evento, em torno do folclore, seriam postos em diálogo no Congresso e, seguidamente, escritos na Carta do Folclore Brasileiro. Três desses atores foram: Luís da Câmara Cascudo, Manuel Diégues Júnior²⁰ e Rossini Tavares de Lima.

Na ocasião, Diégues Júnior apresentou aos demais sua proposta acerca do que acreditava ser a constituição do fato folclórico. Segundo Vilhena (1997, p. 139), sua ideia fora subdividida em quatro partes: nas duas primeiras, que ampliavam o domínio dos estudos do folclore, Diégues defendia que o fato folclórico não precisaria ser estritamente “tradicional”, desde que fossem considerados os aspectos “coletivo”, “anônimo” e “essencialmente popular”, além de criticar o preconceito de só ser considerado folclórico o fato espiritual, não incluindo a cultura material; nas duas últimas, que se aproximavam da vertente da antropologia cultural, defendia que o folclore fosse inserido no interior desta ciência, rejeitando os métodos naturalísticos que interpretavam a sociedade através da perspectiva racial. Sua proposta foi aceita e pode ser verificada nos itens 1 e 4 do primeiro capítulo da carta:

1. O I Congresso Brasileiro de Folclore reconhece o estudo do folclore como integrante das ciências antropológicas e culturais, condena o preconceito de só considerar folclórico o fato espiritual e aconselha o estudo da vida popular em toda sua plenitude, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual.

4. Em face da natureza cultural das pesquisas folclóricas, exigindo-se que os fatos culturais sejam analisados mediante métodos próprios, aconselha-se, de preferência, o emprego dos métodos históricos e culturalistas no exame e análise do folclore (ALMEIDA, 1951, p. 1).

Logo após Diégues Júnior apresentar sua proposta, Oswaldo Cabral (1903-1978) – secretário da Comissão Catarinense de Folclore – chamou à atenção dos presentes para o fato de que já havia sido exposta uma proposição semelhante ao do colega em outra comissão do congresso (VILHENA, 1997, p. 139). A proposta era da Comissão Paulista de Folclore, que teve Rossini Tavares de Lima e Oracy Nogueira como relatores (VILHENA, 1997, p. 140). Lima, então, foi convidado a ler em plenário a sua proposição, no que defendeu:

[...] os fatos folclóricos são as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição oral e pela imitação, e menos influenciadas pelos círculos e instituições, que se dedicam à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano, como os intelectuais, e à fixação de uma orientação religiosa e filosófica, como as igrejas e as instituições sectárias, em geral. Tais maneiras de pensar, sentir e agir se caracterizam pela relativa uniformidade da forma ou estrutura, repetindo-se de um modo estereotipado, embora, *em alguns casos, os indivíduos cheguem a se distinguir pela habilidade em combinar e recombina os elementos que servem de conteúdo a certa manifestação folclórica ou pela capacidade*

criadora, que revelam ao se expressar, através de cânones prescritos [grifo meu] (RABAÇAL, 1968, p. 8).

As reflexões de Diégues Júnior e Lima seriam pressupostas para a formação da disciplina folclórica, tendo em vista que para que uma disciplina seja estabelecida “é preciso que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas” (FOUCAULT, 2013, p. 29). Por outro lado, o filósofo Foucault (2013, p. 34-35) nos advertiu que a *disciplina* é um princípio de controle da produção do discurso, e neste ninguém entra se não satisfizer a certas exigências. E de forma semelhante aconteceu.

Após a leitura da proposta do secretário paulistano, Cascudo sugeriu algumas modificações que acabaram culminando em sua reformulação (RABAÇAL, 1968, p. 8). Retirando os trechos grifados acima, a escrita da Carta ficou da seguinte forma:

2. Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular ou pela imitação, e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições [grifo meu] que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano, ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica.

3. São também reconhecidas como idôneas as observações levadas a efeito sobre a realidade folclórica, sem o fundamento tradicional [grifo meu], bastando que sejam respeitadas as características de fato de aceitação coletiva, anônimo ou não, e essencialmente popular (ALMEIDA, 1951, p. 1).

A remodelação aparentemente aceita retratava a posição que Cascudo ocupava nesse momento: a de um intelectual consolidado no cenário dos estudos folclóricos, sendo o folclorista de maior prestígio nos parâmetros nacional e internacional (VILHENA, 1997, p. 102). Neste caso, o discurso de autoridade ficou por conta da postura de Cascudo. Não que o poder estivesse em suas mãos, até porque, em acordo com Foucault (2016, p. 284), não percebo o poder como um bem, mas como algo que circula e se exerce em grupo – características que nos auxiliam a refletir sobre o contexto em que os personagens do I CBF encontravam-se. Todavia, a reconfiguração conceitual não agradou o secretário paulistano, Rossini Tavares de Lima (RABAÇAL, 1968, p. 9). Um ano após o evento, Lima publicou o livro *Abecê de folclore* (1952) e no capítulo intitulado “Fato folclórico”, ele reiterou seu posicionamento sobre esta temática:

[...] tudo o que resulta do pensamento, do sentimento e da ação do povo, cujo habitat preferencial é constituído pelo meio popular, isto é, o espaço em que vivem os grupos sociais do campo e da cidade, menos influenciados pela ciência oficial, pela intelectualidade de um país civilizado. *Admitiu que possa ser criado ou aceito e adaptado, recriado pela simples imitação, não possua o fundamento tradicional*

[grifo meu], no sentido de algo que se herda dos antepassados, e prescindindo do anonimato, além de poder subsistir na grande burguesia e entre os homens do mais alto nível de instrução e pensamento, pois, *na realidade, não há muralhas que sejam obstáculo a que o folclore se difunda por todos os grupos sociais* [grifo meu] (LIMA, 2003, p. 16-17).

A refutação realizada por Lima, exposta no fragmento acima, pode ser identificada explicitamente nas duas frases grifadas. Ao dizer “[...] admitiu que possa ser criado ou aceitado e adaptado, recriado pela simples imitação, não possua o fundamento tradicional [...]” (LIMA, 2003, p. 16-17), ele referiu-se à admissão de Cascudo, ou melhor, ao “reconhecimento” em partes de sua proposição para a Carta – pois o potiguar, nesse trecho de análise, comunga da ideia. Mais adiante, ao afirmar “[...] na realidade, não há muralhas que sejam obstáculo a que o folclore se difunda por todos os grupos sociais” (LIMA, 2003, p. 17), Lima realçou o seu posicionamento de que o folclore poderia circular na comunidade independente de classes sociais – reflexão que, acredita-se, sofreu modificações de Cascudo na elaboração da carta. Vale ressaltar que, para o último, o folclore não deveria ser diretamente influenciado pelos círculos eruditos e instituições (ALMEIDA, 1951, p. 1) – posicionamento que acabou sendo estabelecido na Carta.

No quesito metodológico da CFB, a pesquisa deveria ser realizada em acordo com os moldes científicos utilizados pelas ciências sociais. Utilizar estas ciências enquanto parâmetro para as pesquisas representava dois fatores para o MFB: sua tentativa de aproximação com a academia e a lapidação da disciplina folclórica. Outrora elaborada a perspectiva teórica do fato folclórico, agora emergiam as discussões metodológicas. Posto isso, a Carta apontou aos pesquisadores que os mesmos teriam de ser instruídos sobre noções de etnografia europeia, ameríndia e africana, para que os dados a serem coletados não fossem invalidados por falhas de método (ALMEIDA, 1951, p. 2) – com isso, além da possível melhoria dos objetos de pesquisa, a CNF solicitava que houvesse um treinamento a ser ministrado na universidade, utilizando-se deste espaço enquanto local de exercício. Foi nesse momento exposto, no documento, a diligência da CNF em obter um espaço acadêmico. Para que isso viesse a ser efetivado, a instituição comprometeu-se a dirigir-se

[...] às autoridades competentes, propondo a criação, nos cursos de Ciências Sociais e de Geografia e História das Faculdades de Filosofia, da cadeira de Folclore, na qual se ensinam, em uma parte geral, os métodos de pesquisa, observação e análise dos fatos folclóricos em todas as suas modalidades, e, em parte especial, as formas e processos do folclore nacional (ALMEIDA, 1951, p. 8).

Nesse apelo, a CNF elucidou como dialogaria com as autoridades: primeiramente, solicitaria que “[...] a cadeira de Etnografia e Pesquisa dos Conservatórios de Canto Orfeônicos passe a denominar-se de Folclore Nacional, como na Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil [...]”; em seguida, “[...] que [fosse] criada em todos os Conservatórios oficiais ou oficializados da União, Estado ou Municípios, a cadeira de Folclore Nacional [...]”; por fim, a sugestão em estender a participação nas aulas aos estudantes dos diversos cursos, tendo em vista a relevância do estudo do folclore para a formação da cultura nacional (ALMEIDA, 1951, p. 7-8).

Das expressões da cultura popular, um dos anseios de Almeida, expressa anteriormente em correspondência para Cascudo, também compôs o esteio da Carta. Foi escrito que o “[...] Congresso [reconhecia] a conveniência de assegurar-se o mais completo amparo às artes populares, ao artesanato e à indústria doméstica, auxiliando-se as iniciativas que digam respeito ao seu desenvolvimento e à proteção dos artistas populares” (ALMEIDA, 1951, p. 4, grifos nossos). Para que este aspecto fosse efetivado, a Carta sugeriu que as subcomissões da CNF juntamente com os governos estaduais deveriam patrocinar: pesquisas e estudos que sondassem as artes populares; programas de incentivo a esses trabalhos artísticos – o artesanato, por exemplo – como cursos de aperfeiçoamento e concursos. O apelo também foi submetido ao Governo Federal, com a solicitação da “criação de um organismo, de caráter nacional, que se destine à defesa do patrimônio folclórico do Brasil e à proteção das artes populares” (ALMEIDA, 1951, p. 5).

Fecham-se as cortinas: o encerramento do I Congresso Folclore Brasileiro

Com a Carta do Folclore Brasileiro escrita e divulgada, as cortinas do evento do I Congresso Brasileiro de Folclore fechavam-se, encerrando as suas atividades. O esforço dos intelectuais do Movimento Folclórico Brasileiro de se reunir e discutir suas ideias elaborando um domínio exclusivo para os estudos do folclore, demonstrava ânimo e fôlego para a sociedade brasileira de que o saber folclórico estava, literalmente, em movimento.

Mariza Lira, sócia da Comissão Nacional de Folclore e integrante da comissão organizadora do evento, escreveu um artigo, intitulado *I Congresso Brasileiro de Folclore*, e publicou no periódico *Correio da Manhã* (Portugal, 1951), no qual descreveu para a sociedade suas impressões do grande encontro nacional. “Está de parabéns o Povo do Brasil” foram as suas primeiras palavras. A parabenização,

porventura, foi destinada a um grupo específico: seus colegas de evento. Desse modo, ela ressaltou que “depois de quatrocentos e cinquenta e um anos de descoberta a nossa terra, os brasileiros dão uma demonstração pública de interesse pela sabedoria popular”²¹.

Na ocasião, chamou a atenção dos leitores para a percepção de que, apesar de já se encontrarem na década de 1950 – passado um século e meio de vida nacional –, o que foi realizado para o folclore era pouco em comparação ao que ainda tinha a se fazer. Esse pouco, contudo, se devia à CNF. Anterior aos trabalhos desenvolvidos por esta instituição, ela citou dois intelectuais e a relevância de seus respectivos trabalhos: João Ribeiro, que proporcionou ao folclore a dignidade de ciência; e Amadeu Amaral, responsável por vários anos em organizar a primeira rede de pesquisa científica em São Paulo e outros estados brasileiros. No tempo que estava inserida, Mariza apresentou os folcloristas que contribuíram para o desenvolvimento desse saber: Basílio de Magalhães, Lindolfo Gomes, Gustavo Barroso, Joaquim Ribeiro, Sílvio Júlio e Edison Carneiro, que, “congregados a outros folcloristas pela figura esforçada, diplomática de Renato Almeida, podiam fazer um pouco do muito que se precisa fazer”.

Através do artigo de Lira, pude perceber indícios de uma *escrita memorialística* em torno da CNF, cujos integrantes – ressaltando alguns e deixando Cascudo à margem – foram tidos como protagonistas no movimento folclórico. Vale salientar que, não tenho a pretensão de estabelecer o referido artigo como marco ou *origem* de um projeto de memória. Contudo, apresentá-lo enquanto pressuposto no que, a posteriori, veio a consolidar-se enquanto projeto memorialístico. Destarte, o texto de Lira, levando em consideração o cenário que foi publicado, pode também ser interpretado enquanto instrumento de poder, que resultou de uma escrita que selecionou, ao passo que, consciente ou inconscientemente, silenciou, tendo esta o risco de ser paradoxalmente uma consequência lógica da invenção ou fabricação de memória (CATROGA, 2001, p. 55).

O I Congresso Brasileiro de Folclore, em tese, chegava ao seu fim. Um projeto em torno do folclore estava em construção, à medida que também se construía um projeto de memória do Movimento Folclórico Brasileiro. As relações de poder exercidas entre os intelectuais encaminharam suas posições, bem como o destino que o saber folclórico percorreria. Tais relações de poder não ocorreram estritamente de uma dominação institucional sobre alguns intelectuais ou de uma instituição sobre outra, mas de múltiplas formas de dominação que foram sendo exercidas em seu meio, isto é, de entrecruzamentos institucional-intelectual, institucional-institucional e intelectual-intelectual (FOUCAULT, 2016, p. 282-283).

Elas se instituíram, por exemplo, quando Almeida, presidente da CNF – instituição interligada às diretrizes do Estado – recebia o apoio ideológico e financeiro

deste, propiciando-lhes um lugar de destaque no MFB. Ou no caso de Cascudo, que não possuía o mesmo incentivo federativo e financeiro do Estado na sua SBF, mas que tinha uma projeção intelectual de seus trabalhos no MFB, ao ponto de lhe ser creditado a posição de sugerir modificações na elaboração da Carta do Folclore Brasileiro – uma Carta que advinha do plano de atividades da instituição liderada por Almeida, a CNF.

Assim, as relações de saber e poder não detiveram-se somente na elaboração da Carta, mas também na construção do arcabouço teórico-metodológico do saber folclórico, nas próprias relações intelectuais de seus idealizadores e no campo científico das chamadas humanidades que os folcloristas procuraram instituírem-se. São apontamentos que me abre para as seguintes indagações: Quais foram as repercussões que a Carta do Folclore Brasileiro obteve? Haveria os personagens do MFB, finalmente, conseguido entrar em um consenso teórico-metodológico? Teriam alcançado sair da trincheira travada com a academia e obtido um estatuto científico para o saber folclórico? São algumas de tantas outras questões, caro(a) leitor(a), com as quais pretendo dialogar com você nos próximos textos.

Referências

ALMEIDA, Renato. Carta do Folclore Brasileiro. In: *Anais do I Congresso Brasileiro de Folclore*. Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Publicações.

ALMEIDA, Renato. [Carta, 1951], Rio de Janeiro [para] CASCUDO, Luís da Câmara. Natal. ICC

BARROS, Ewerton Wirley Silva. *Nos enredos do folclore: Luís da Câmara Cascudo no Movimento Folclórico Brasileiro (1939-1963)*. 2018. Monografia (História). Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2018.

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Apresentação e tradução de Celso Castro. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARNEIRO, Edison. *A sabedoria popular*. 3. Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. O poldrinho sertanejo e os filhos do Vizir do Egipto. In: *Revista Bando: Natal*, Ano IV, N. 3, 1952, p. 228-236.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Editora Quarteto, 2001.

CORREIO DA MANHÃ. Portugal, 26 de agosto de 1951.

CORREIO DO CEARÁ. Fortaleza, 21 de outubro de 1950.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 06 de junho de 1951.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1951.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 30 de agosto de 1951.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. outubro de 1951.

ESTATUTOS da Sociedade Brasileira de Folk-Lore. 2. ed. Natal: Departamento de Imprensa, 1949.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. (Leituras filosóficas).

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1951.

LEAL, João. A antropologia em Portugal e o englobamento da cultura popular. Rio de Janeiro: *Sociologia & Antropologia*, v. 6, n. 2, p. 293-319, 2016.

LIMA, Rossini Tavares de. *Abecê de folclore*. 7. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas*. São Paulo: Edições Loyola, [s/d].

ÚLTIMA HORA. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1951.

RABAÇAL, Alfredo João. *Os conceitos de folclore e etnografia em Portugal e Brasil*. Barcelos: Museu de Cerâmica Popular Portuguesa, 1968. (Cadernos de Etnografia, 5).

SILVA, Ana Teles da. Correspondências de cientistas sociais brasileiros para Jorge Dias: duas margens de uma interlocução transatlântica. *Etnográfica*, vol. 20, n.3, p. 607-630, 2016.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

¹ Este artigo é uma adaptação modificada do terceiro capítulo da monografia “Nos enredos do folclore: Luís da Câmara Cascudo no Movimento Folclórico Brasileiro (1939-1963)”.

² Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) foi um intelectual de naturalidade norte-rio-grandense. Exerceu os ofícios de advogado, jornalista, professor, historiador, folclorista e antropólogo brasileiro.

³ Renato Almeida (1895-1981) foi um intelectual de naturalidade baiana. Exerceu os ofícios de advogado, jornalista, escrivão no Ministério das Relações Exteriores e folclorista.

⁴ José Calazans (1915-2001) foi um intelectual de naturalidade sergipana. Exerceu os ofícios de advogado, jornalista, professor, historiador e folclorista.

⁵ Cf.: CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 06 de junho de 1951.

⁶ Ademar Vidal (1897-) foi um intelectual de naturalidade paraibana. Exerceu os ofícios de advogado, jornalista, folclorista. Vale lembrar que, anteriormente, não foi citado na organização do I CBF, apenas

nesse momento de reunião com o presidente.

⁷ Sobre a reunião de integrantes da CNF com o presidente Vargas, Cf.: JORNAL DO COMÉRCIO: Rio de Janeiro, 12 de junho de 1951.

⁸ A Comissão Rio-Grandense do Norte de Folclore foi uma extensão da Comissão Nacional de Folclore, organizada por Almeida. Por mais que no Estado do Rio Grande do Norte já houvesse outras instituições de caráter folclóricas como a Sociedade Brasileira de Folclore e o Club Internacional de Folclore, Almeida insistiu na criação e fundação de mais uma, mas sem a filiação de Cascudo. Para mais informações, cf.: BARROS, 2018.

⁹ Cf.: DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1951.

¹⁰ Jorge Dias (1907-1973) foi um intelectual de naturalidade portuguesa. Exerceu os ofícios de professor e pesquisador de etnografia na Universidade do Porto e foi um dos pioneiros na criação do campo acadêmico da antropologia em Portugal, sendo “o principal antropólogo português do século XX, com uma obra extensa que se estendeu desde os anos 1940 aos anos 1970”. (LEAL, 2016, p. 293).

¹¹ Assim como no Brasil, o Estado Novo português utilizou-se do saber folclórico para propagandear sua ideologia nacionalista. Segundo João Leal, o regime Salazar foi contrário às ideologias estrangeiras, e elencou apenas as expressões populares portuguesas, considerando-as a essência e a antiguidade da nação, abstraindo-se da miséria que assolava o mundo rural. Esses fatores foram decisivos no desgaste intelectual português para com o saber folclórico, que culminou na marginalização deste. Como alternativas ao estudo da cultura popular, intelectuais buscaram em etnografias paralelas a desmistificação dos discursos promovidos pelo Estado. (LEAL, 2016, p. 299-300).

¹² Cf.: DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1951; _____: Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1951.

¹³ Rossini Tavares de Lima (1915-1987) foi um intelectual de naturalidade paulista. Exerceu os ofícios de músico, jornalista, professor e folclorista.

¹⁴ Cf.: ÚLTIMA HORA. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1951.

¹⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. O poldrinho sertanejo e os filhos do Vizir do Egipto. In: **Revista Bando**: Natal, Ano IV, N. 3, 1952, p. 231.

¹⁶ Uma curiosidade divulgada pelo periódico Diário de Notícias (1951) foi de que o assunto em comum para a maioria dos intelectuais foi a literatura oral – “estudada sob numerosos aspectos de gêneros, em prosa e verso, formas, motivos, ciclos temáticos, mitos lendas, fábulas, anedotário, romanceiros, métodos de coleta e registro de pesquisas e cantadores populares”. O artigo jornalístico defendeu que essa preferência “[correspondia] a uma realidade do folclore brasileiro, em que os estudos preferenciais têm versado as modalidades da literatura do folk”. Para mais informações, cf.: DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1951.

¹⁷ O difusionismo cultural foi um paradigma antropológico dos séculos XIX/ XX que defendia a hipótese de que a difusão de elementos culturais ocorreu através do contato entre as culturas. Para mais informações, cf.: BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Apresentação e tradução de Celso Castro. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

¹⁸ A ideia de ser nomeado *fato folclórico*, conforme Vilhena (1997, p. 139) foi uma alusão às discussões elaboradas pelo sociólogo Émile Durkheim (1858-1917) acerca do *fato social* presente em seu livro *As regras do método sociológico* (1895).

¹⁹ Por enunciados, compreendo: “descrições qualitativas, narrações biográficas, demarcação, interpretação e recorte dos signos, raciocínios por analogia, dedução, estimativas estatísticas, verificações experimentais”. (FOUCAULT, 2008, p. 56).

²⁰ Manuel Diégues Júnior (1912-1991) foi um intelectual de naturalidade alagoana. Exerceu os ofícios de jurista, advogado, sociólogo, antropólogo e folclorista.

²¹ Cf.: CORREIO DA MANHÃ. Portugal, 26 de agosto de 1951.

Artigo recebido em 20 de maio de 2020.
Aceito para publicação em 21 de julho de 2020.